

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2017 (do Sr. Paulão)

Requer a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de três diligências com reuniões públicas em diferentes regiões do país sobre a violência contra a juventude negra.

Senhor Presidente,

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de três diligências e reuniões para ouvir cidadãos e entidades da sociedade civil e do poder público estadual e municipal, para colher subsídios sobre a violência contra a população jovem, especialmente negros e pobres.

Justificativa

As quase 59 mil mortes violentas intencionais registradas em 2015 no Brasil, divulgadas na 10ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicam a agudeza do quadro da violência e a negligência com o direito basilar à vida. Para termos a dimensão da grandeza do problema, as taxas de homicídios registradas no país representam mais de 10% dos homicídios registrados no mundo. Em números absolutos, o Brasil ocupa a vexatória liderança mundial em número de homicídios.

O mais perverso é que pouco importa que tais mortes sejam cometidas, em sua maioria, contra jovens negros e pobres das periferias das cidades brasileiras, já que estes compõem a parcela da população que fica invisível para a sociedade e para as políticas públicas.

De acordo com o Atlas da Violência 2016, estudo fruto de uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), as taxas de homicídios por 100 mil jovens em 2014 era de 61,0 no Brasil, ao mesmo tempo que nas unidades federativas estiveram

num amplo intervalo, entre 140,6, no caso de Alagoas, e 21,4, em Santa Catarina.

Se considerarmos as taxas de homicídios de homens jovens os indicadores praticamente dobram, uma vez que os homens representavam 93,8% do total dos homicídios nessa faixa etária. Deste modo, alcançou-se o patamar de 113,2 no Brasil, enquanto em Alagoas, em 2014, houve incríveis 270,3 mortes para cada grupo de 100 mil homens jovens, entre 15 e 29 anos.

Igualmente preocupante é a proporção de mortes para os indivíduos que possuem menos do que oito anos de estudo em relação àqueles com grau de instrução igual ou superior a esse limite. Verificou-se no Atlas que as chances de vitimização para os indivíduos com 21 anos de idade e pertencentes ao primeiro grupo são 5,4 vezes maiores do que os do segundo grupo.

No Brasil, as chances de um indivíduo com até sete anos de estudo sofrer homicídio no Brasil são 15,9 vezes maiores do que as de alguém que ingressou no ensino superior, o que demonstra que a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios.

Os negros, consoante aponta o abalizado estudo, têm uma probabilidade significativamente maior de sofrer homicídio no Brasil, quando comparada a outros indivíduos. Aos 21 anos de idade, quando há o pico das chances de uma pessoa sofrer homicídio no Brasil, os negros possuem 147% a mais de chances de ser vitimados por homicídios, em relação a indivíduos brancos, amarelos e indígenas.

Segundo o renomado economista do IPEA, Daniel Cerqueira, o custo de bem-estar associado à violência letal que acomete a juventude alcança 1,5% do PIB a cada ano. O problema é ainda mais grave e emergencial quando consideramos que a partir de 2023 o país sofrerá uma diminuição substancial na proporção de jovens na população em geral. A persistência dessa dinâmica demográfica implicará em severas dificuldades das gerações futuras em vários planos, incluindo o mercado de trabalho, previdência social e o necessário aumento da produtividade.

Cabe a esta Comissão de Direitos Humanos não apenas observar os dados, por si só bastante preocupantes. É preciso também que a instituição do Legislativo vá onde o problema é mais agudo para conhecê-lo melhor, pela voz de quem vive pessoalmente ou testemunha de perto essas condições sociais com profundos impactos nos direitos humanos.

Tendo em vista a vasta dimensão dos direitos humanos civis, culturais, sociais e econômicos envolvidos nessa temática, bem como a necessidade desta Comissão recolher subsídios diretamente, é que vimos propor a realização de três diligências com reuniões públicas em diferentes regiões do país sobre a violência contra a juventude negra.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2017.

Deputado PAULÃO (PT-AL)